



A capoeira e sua construção como modalidade no período ditatorial

Cardoso, Marcel Anghinoni

Fatos importantes aconteciam no Brasil durante o período ditatorial brasileiro e, concomitantemente a isso, a capoeira mantinha um processo de ascensão originado desde a década de 30. Na década de 70, dois fatos muito marcantes se fazem presente na construção da relação entre os praticantes de capoeira e o governo. Tal fato ocorre mais precisamente em 1972, quando a capoeira é reconhecida oficialmente como desporto pelo Ministério da Educação e Cultura, incluindo-se em um processo de institucionalização e burocratização que visa promover a homogeneização desta prática a nível nacional (REIS, 1997). Tal fato histórico foi muito marcante, à medida que por volta do final da década de 70 e início da década de 80, houve um grande crescimento no número de instituições de ensino da capoeira, fato este que contribuiu muito para a pulverização da capoeira em escolas, universidades e creches (MOREIRA & MOREIRA, 2007).

Em 1968 e 1969, realizaram-se na cidade do Rio de Janeiro dois simpósios nacionais sobre capoeira, patrocinados pela comissão de desportos do Ministério da Aeronáutica, reunindo vários mestres em um evento de cunho nacional. Nesse momento, torna-se evidente o grande crescimento da capoeira, que viria três anos mais tarde com seu reconhecimento como desporto (REIS, 1997).

Dois anos após a oficialização, é criada em São Paulo a primeira federação de capoeira do Brasil, procurando difundir a capoeira como arte marcial brasileira. Tal fato é questionado por alguns segmentos, entendendo que o processo de "marcialização" da capoeira infringia princípios básicos desta prática, como a idéia de um confronto indireto (REIS, 1997).

Após o reconhecimento da capoeira como desporto nacional, ocorrem fatos importantes e que, de certa forma, acabam por distorcer a pragmática histórica da capoeira. Um deles é a publicação do livro *Capoeira sem Mestre*, que propunha uma espécie de ensino da de forma alheia a sua tradição, excluindo a figura do mestre. Mais tarde, em 1979, é encaminhado um projeto de lei na câmara que propunha a mudança do nome capoeira para "luta nacional". Para Reis (1997), esses processos acabariam por metamorfosear a capoeira, desmitificando-a pela força da lei.

O reconhecimento da capoeira como desporto também trouxe mudanças interessantes no que diz respeito à difusão de sua prática no Brasil. Em 1975, é realizado, em São Paulo, o primeiro torneio nacional. Para a realização deste, é construído um regulamento técnico estabelecendo regras para o mais novo esporte brasileiro, além de uma nomenclatura unificada para os golpes aliada a uma intervenção pedagógica nacional, que de acordo com Reis (1997), servia como uma ação do Estado para aumentar a dimensão da capoeira.

Essas medidas governamentais acarretaram em uma grande difusão da capoeira pelo Brasil, aliada ao crescimento desta modalidade dentro do Brasil desde sua institucionalização até os dias atuais, com a criação de academias para a prática da capoeira que se perpetuam como grandes centros da prática e difusão desta modalidade, acelerando o processo de homogeneização da capoeira, proposto pelo governo militar quando reconhece a capoeira como esporte no Brasil.

O período da ditadura militar foi um período marcante na história do Brasil e, concomitantemente, na história da Educação Física, do desporto e, como exposto neste estudo, da capoeira, já que tal período comportou a institucionalização da capoeira como desporto bem como a difusão desta prática dentro de nosso país.

A partir disto, conclui-se que o período ditatorial foi uma fase marcante positivamente em vários aspectos da capoeira, como na afirmação dela como prática, como a criação de academias e de competições desta modalidade, mas também um pouco negativa, em vista da certa desmistificação da capoeira enquanto ritual histórico-social.